

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI: PRÁTICAS E DESAFIOS DO/NO ENSINO MÉDIO**

**Francisco Ringostar Pinto<sup>1</sup>, Rosalvo Nobre Carneiro<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Prof. Me. Curso de Geografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campos de Assú, E-mail: [geografo.pesquisa@gmail.com](mailto:geografo.pesquisa@gmail.com)

<sup>2</sup>Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação em Ensino. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campos de Pau dos Ferros, E-mail: [rosalvonobre@uern.br](mailto:rosalvonobre@uern.br)

Artigo recebido 25/05/2019 e aceito em 01/12/2019

### **Resumo**

A discussão sobre o ensino de Geografia tem ocasionado nos últimos quatro anos, certa preocupação entre professores e alunos tanto nos espaços universitários, como também, na educação básica. A conjuntura da BNCC homologada no ano de 2018 é um eixo curricular da educação básica que iremos refletir em nossas discussões, destacando suas metas e objetivos para as disciplinas no ensino médio agrupadas em grandes áreas das ciências humanas. Objetiva-se neste trabalho, discutir a importância da geografia escolar na/para a formação do aluno, com foco no Ensino Médio, buscando refletir sobre a prática e os desafios da educação geográfica no cenário atual em que vivemos principalmente do ponto de vista político, que conseqüentemente assola e desfavorece os projetos educacionais, prejudicando cada vez mais as classes populares que buscam por uma educação de qualidade e formação cidadã. Para a construção deste trabalho apoiamos-nos na discussão da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); Cavalcanti (1998; 2012); Pontuschuska (1999); Vesentine (2004) e Santos (2012), dando ênfase ao que se chama de Meio técnico-científico-informacional, bem como outros autores que abordam a questão da geografia escolar e a educação em um contexto mais diversificado do cenário atual. As ondas reformistas que sucumbem o projeto democrático de uma educação pública e de qualidade são assustadoras. Portanto, as reflexões e discussões que traçaremos ao longo do trabalho será uma análise do ponto de vista histórico e atual, bem como o papel da informação e do conhecimento no auxílio e avanço de uma educação geográfica de base formativa e socioespacial.

**Palavras-Chave:** Educação. Ensino de Geografia. Ensino Médio.

### **THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE XXI CENTURY: PRACTICES AND CHALLENGES IN THE MIDDLE SCHOOL**

#### **Abstract**

The discussion about Geography teaching in the last four years generated preoccupation between teachers and students in the university and in the middle school. The actual BNCC (*Base Nacional Comum Curricular*) homologated in 2018 is a curricular base of middle and high school education what is discussed in this study, highlighting its aims and goals to the disciplines grouped in the big area of humans sciences. Thus, this work aims to discuss the importance of teaching of Geography in school to/in student formation, highlighting the Geography teaching in the middle school. In this way, looking for a reflection about the practice and the challenges of pedagogical education in Geography in the actual social and political background. The political aspect make damage and threat educational projects and programs, harming the poorest people that needs good public educational service. To construct the discussion about the BNCC (BRASIL, 2018), this work was grounded in the contributions of Cavalcanti (1998; 2012); Pontuschuska (1999); Vesentine (2004) and Santos (2012), emphasizing the technical-scientific-informational milieu, such as many other theorists who discuss the Geography and education

in a diversified context of actual scenario. The reformer waves that succumb the democratic project of public and quality education are scary. Therefore, the reflections and discussion traced in this work is a historic and actual analysis, such as the paper of information and knowledge to support and development of a geographic education with a formative and socio spatial.

**Keywords:** Education. Teaching Geography. High school.

## **LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN EL SIGLO XXI: PRÁCTICAS Y DESAFÍOS DEL / EN LA ENSEÑANZA MEDIO**

### **Resumen**

La discusión sobre la enseñanza de Geografía ha ocasionado en los últimos cuatro años, cierta preocupación entre profesores y alumnos tanto en los espacios universitarios, como también en la educación básica. La coyuntura de la BNCC homologada en el año 2018 es un eje curricular de la educación básica que reflejamos en nuestras discusiones, destacando sus metas y objetivos para las disciplinas en la enseñanza media agrupadas en grandes áreas de las ciencias humanas. Se pretende en este trabajo, discutir la importancia de la geografía escolar en la formación del alumno, con foco en la Enseñanza Media, buscando reflexionar sobre la práctica y los desafíos de la educación geográfica en el escenario actual en que vivimos principalmente desde el punto de vista político, que consecuentemente asola y desfavorece los proyectos educativos, perjudicando cada vez más a las clases populares que buscan una educación de calidad y formación ciudadana. Para la construcción de este trabajo nos apoyamos en la discusión de la Base Nacional Común Curricular (BRASIL, 2018); Cavalcanti (1998; 2012); Pontuschuska (1999); (2004) y Santos (2012), dando énfasis a lo que se llama Medio técnico-científico-informacional, así como otros autores que abordan la cuestión de la geografía escolar y la educación en un contexto más diversificado del escenario actual. Las ondas reformistas que sucumben al proyecto democrático de una educación pública y de calidad son asustadoras. Por lo tanto, las reflexiones y discusiones que trazar a lo largo del trabajo será un análisis desde el punto de vista histórico y actual, así como el papel de la información y del conocimiento en el auxilio y avance de una educación geográfica de base formativa y socioespacial.

**Palabras clave:** Educación. Enseñanza de Geografía. Enseñanza Media.

### **INTRODUÇÃO**

O ensino, nos dias atuais, sobretudo no campo da Geografia, tomou novos rumos no início deste século. Somos levados a refletir o mundo em que vivemos no que se refere ao atual modelo de educação e aos desafios da própria geografia enquanto disciplina escolar. A luta por uma educação libertária que enxergue as desigualdades construídas pelo capitalismo e exploração do trabalho é a luta do ponto de vista crítico – que é a missão do nosso fazer docente, na formação contínua de alunos – que possam ser indivíduos preparados à vida e aos desafios do mundo global. Eis a necessidade da *práxis*<sup>1</sup> para se fazer uma geografia crítica e conscientizadora que ultrapasse tautologias e construamos um pensamento por meio da ação/reflexão do mundo em que vivemos, lutando dia a dia pelos nossos direitos, sabendo dos desafios que há por trás da política disfarçada por preceitos individuais e *não coletivos*.

Mudanças paradigmáticas são extremamente nítidas para darem solidez à nossa discussão. Estamos diante de uma *nova revolução tecnológica*. Alguns pesquisadores definem-na como *sociedade em rede informacional* (CASTELLS, 1999), outros de como *técnico-*

---

<sup>1</sup> Ver PIMENTA, 2012.

*científico* (SANTOS, 2012), outros, ainda, utilizam termos de herança cronológica, de *terceira revolução industrial* (KUMAR, 1997) para dá sentido a um processo intensificado e expressivo da informação. Independente do termo utilizado para defini-la, essa nova fase e/ou revolução tecnológica vem impondo profundas mudanças no espaço geográfico, frente às relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, sobretudo na experiência condicionada no espaço-tempo (SENE, 2010).

Diante de tais mudanças, trazemos, neste trabalho, elementos relevantes e norteadores como ponto de partida para nossa discussão, no sentido de refletir sobre novas demandas que são desafiadoras do ponto de vista do período contemporâneo, onde a educação e a geografia escolar são chamadas a tais contextos atuais, a promover o debate de uma reflexão em torno da aprendizagem, do desenvolvimento crítico e formativo ao aluno do século XXI, principalmente em cenários tão desafiantes e assustadores como o nosso, onde a política perversa do neoliberalismo renega os direitos sociais de se ter uma educação pública, gratuita e de qualidade.

À medida que os sistemas técnicos, científicos e informacionais aceleram o percurso histórico da humanidade, o processo de ensino-aprendizagem parece não conseguir acompanhar esse “tempo perturbador de acelerações” (SANTOS, 2008) com o mesmo ritmo. Viver tais mudanças e desafios que o mundo impõe e à sua rapidez não é uma tarefa fácil, não só para a *geografia escolar*, mas, também, a educação brasileira. Eis o desafio: lutar por melhores condições de trabalho escolar, desdobradas na consolidação de carga horária reduzida, salários bem pagos e salas de aulas bem equipadas com materiais técnicos e laboratoriais, possibilitando a pesquisa e a formação crítica do discente, mesmo em meio a contextos políticos nem sempre favoráveis.

Os recursos tecnológicos e midiáticos estão aí para auxiliar o professor em sua prática docente. Todavia, não são os meios tecnológicos da informação e comunicação que respondem a um sistema inovador de ensino em sala de aula e à progressão escolar, mas o fator inovador e dinâmico em sala de aula é a maneira como se dá a relação do trabalho entre docente e discente, e a mediação didática a partir das questões cotidianas e geográficas do espaço local ao espaço global como algo que proporcione, ou não, criticidade nos alunos. Não pretendemos, aqui, discutir o sucesso escolar, mas como a prática docente pode favorecer momentos de criticidade. Pois, para analisarmos os impactos na aprendizagem dos alunos, exigir-se-iam outras discussões que, aqui, não nos são cabíveis. O que trazemos neste trabalho são reflexões inconclusas, inacabadas, acrescidas às nossas dúvidas e questionamentos, já apresentados, em torno desta temática, que, desde a graduação, estamos percorrendo e que virou aprofundamento teórico, além de uma tentativa de análise também empírica na pós-graduação.

Tratamos de discutir o ensino de geografia neste texto, ao Ensino Médio, com o papel da escola na sociedade e às suas relações com a cidadania no seu processo de escolarização/formação, como também, o paradoxo – que é a globalização, caracterizada pela exclusão, as desigualdades socioespaciais que fragmentam tais direitos presentes nesta atual fase contemporânea que é o *Meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2008, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d). Discutir o ensino da Geografia no espaço escolar, nessa atual fase, é imprescindível para responder aos nossos questionamentos enquanto professores e pesquisadores, por uma educação pautada na formação cidadã de jovens críticos e conscientes dos seus direitos e do seu papel exercido na sociedade.

Uma escola que atente à formação crítica neste mundo contemporâneo é fundamental para esses novos tempos, na medida em que o discente reconheça a sua importância, a sua história, a sua cultura e o seu valor, obtendo uma formação digna, reconhecida a partir do seu conhecimento adquirido, os seus direitos e valores conquistados como cidadão. Assim, um sistema escolar que esteja conveniente para esses desafios, barrando as sequelas das desigualdades socioespaciais e contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e autônoma, é de suma importância e necessário para os desafios que cada vez mais enfrentamos neste século XXI. Nessas circunstâncias, o docente tem diante de si, o desafio de aprofundar o seu conhecimento e os seus saberes produzidos em debates e reflexões na sala de aula, tornando provocativos os questionamentos e inquietudes dos discentes nas discussões.

Este trabalho é resultado das nossas pesquisas realizadas durante a escrita da dissertação do mestrado, que tem como capítulo, o embasamento teórico, no qual, traçamos pertinentes reflexões acerca dos desafios da geografia escolar no ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular – que torna-se documento modelo no rol das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde a disciplina de Geografia passa a fazer parte do conjunto da grande área de conhecimento das mesmas, tendo implicações bastante contraditória acerca das categorias conceituais do seu objeto de estudo no ensino médio. E, por fim, faremos uma breve reflexão do espaço da sala de aula – como o lugar que se constrói os saberes geográficos, por meio da interação/participação do(a) aluno(a).

Objetiva-se neste trabalho, discutir a importância da geografia escolar na/para a formação do aluno, com foco no Ensino Médio, buscando refletir sobre a prática e os desafios da educação geográfica no cenário atual em que vivemos principalmente do ponto de vista político, que conseqüentemente assola e desfavorece os projetos educacionais, prejudicando cada vez mais as classes populares que buscam por uma educação de qualidade e uma escolarização para uma formação cidadã.

## **ENSINO DE GEOGRAFIA NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

No último quarto do século XX, o espaço mundial testemunha as rápidas transformações econômicas, sociais e culturais. Grande parte dessas mudanças é resultado da mais recente transformação tecnológica, comumente percebida do ponto de vista global. Estamos diante de algo novo na história do homem, que é a terceira fase da marcha histórica a que Santos (2012a) definiu de meio *técnico-científico-informacional*, isto é:

O meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (p. 235).

Este é um tempo no espaço geográfico que rege rapidez e estranheza, na medida em que as instituições tendem a obedecer, cada vez mais, as lógicas racionais adaptadas neste atual período. E a geografia, enquanto ciência e disciplina busca interpretar e explicar o mundo tal como ele é, a partir da construção de conceitos voltados aos novos papéis atribuídos às ciências, exclusivamente. “Vivemos um período de mudança na ordem de significações; vivê-lo é viver uma circunstância de incertezas e, ao mesmo tempo, de oportunidades” (GONÇALVES, 2006, p.377).

Assim, o sentido da geografia escolar faz-se e refaz-se no dia a dia do aluno, na medida em que o professor necessita buscar e aproximar o discente por meio de saberes geográficos e contextualizados cotidianamente. Mas aí nos perguntamos: a geografia em sala de aula tem proporcionado esse objetivo? Ou ainda vivemos em uma perspectiva tradicional, mnemônica e descritiva? Denunciada pelo geógrafo francês Yves Lacoste (1988, p. 32), em seu livro *A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, quando criticava que o papel do espaço geográfico era apenas de interesse do Estado e não do cidadão comum obrigando-o a aceitar uma disciplina decoreba, cansativa e entediante, sem nenhum sentido, estudada, muitas vezes, somente através do livro didático. Uma análise é bastante factual, é que, quando falamos de geografia crítica na educação básica, parece-nos bastante evidente que os(as) nossos(as) alunos(as) ainda estão esperando por essa geografia.

Porém, nos argumentos severamente críticos, apontados por alguns intelectuais<sup>2</sup> do Norte do Equador, essa disciplina nunca passou das discussões abrangentes da realidade, ficando exposta apenas a formulações e proposições tautológicas, sem sequer dar conta da abrangente realidade do espaço geográfico, como sempre pretendeu ser. Yves Lacoste (1988, p. 9) lamentava esse preconceito arraigado, quando dizia que, para muitos, a geografia era “uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe “em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória [...]”. Como respostas a tais críticas pejorativas em relação a essa disciplina, sucessivos geógrafos utilizaram-se de novas técnicas na década de 1980, com a possibilidade de uma vasta produção, como no caso da cartografia e inúmeras pesquisas no campo acadêmico/intelectual que foram suficientemente dando um verdadeiro caráter científico e renovador a esta disciplina ao longo do tempo, no final do século XX, tornando-a, assim, uma disciplina de caráter científico-social, capaz de contribuir com a formação crítica do indivíduo.

Refletir sobre a educação e, em especial, sobre o ensino de geografia nesse atual processo é fundamental. Com isso, Sene (2010, p.14) define que “a educação é atravessada por diversos vetores que atuam na sociedade em determinada época [...]”. Ao estudar *os desafios do professor e seus desafios da prática pedagógica na atualidade*, Araújo e Yochida (2012) distinguem que:

A educação está no processo constante de mudanças, mudanças essas que tentam acompanhar o ritmo do novo milênio. Nesse sentido o educador vem exercendo um papel insubstituível no processo de transformação social, pois a formação de sua identidade ultrapassa o profissional, constituindo fundamentalmente a sua atenção profissional na prática social. (p. 2).

Muitas são as discussões pertinentes em torno de nossa temática, onde, inúmeras indagações são colocadas sobre nossas reflexões, diante daquilo que pretendemos construir. A dúvida sempre será a ideia centralizadora de nossas inquietações, na medida em que não temos respostas prontas para a questão de pesquisa posta neste trabalho, mas trazemos reflexões necessárias para encontrá-la. Convince-nos em uma afirmação parcial, mas jamais acabada,

---

<sup>2</sup> Esta foi, por exemplo, a opinião do conhecido sociólogo francês, Pierre Bourdieu, um dos intelectuais nomeados pelo ministério público francês na comissão que estudava a reformulação da grade de ensino secundário. Para aprofundar-se bem neste comentário, Ver a obra: *Geografia e Modernidade*. (GOMES, P. C. da C., Edição Brasileira, 2016, p.9).

que o ensino básico está num constante processo de mudanças no desafio de acompanhar o ritmo da atual fase a que atribuímos como o processo de globalização, sobretudo, a disciplina de Geografia – que tem como tarefa explicar o *desafio da totalidade-mundo*, (STRAFORINI, 2001).

Temos pela frente uma infinidade de desafios para se adaptar a esta fase que chegou de forma lenta, mas ao mesmo tempo, nova do ponto de vista da educação brasileira, obrigando-nos, muitas vezes, a uma espécie de adaptabilidade improvisada. Cada vez que nossas Universidades formam especialistas preparados para enfrentar os desafios do mundo atual, percebe-se que a maioria deles se fecham diante daquilo que discute Morin (2004, p. 13) de *hiperespecialização*<sup>3</sup>, com saberes fragmentados, repetitivos, reproduzidos, compartimentados entre disciplinas e com dificuldades para se fazer uma discussão interdisciplinar entre diversas áreas do conhecimento. Pelo visto, a tecnologia que tem sido salutar em outros campos do conhecimento não tem respondido ou não tem sido usada com as mesmas competências no campo da educação, do ensino e da formação humana.

De fato, muito se discute sobre mudanças espaço escolar, como também a questão dos recursos midiáticos que chegaram de surpresa para serem trabalhados em sala de aula, e que muitos dos docentes até mesmo atualmente, não estão preparados para fazer o uso dessas ferramentas em sala de aula com o aluno. Dessa forma, algo novo em um determinado lugar é sempre algo temeroso, desafiador. Como bem assinalamos no início dessa discussão, os tempos mudaram e vêm mudando de forma muito rápida, exigindo que a sociedade também se adapte a este ritmo veloz do *tempo-mundo, espaço-mundo*<sup>4</sup> (SANTOS, 2002). É pensando no ensino da geografia que reconhecemos que, nos últimos anos, essa disciplina vem passando por importantes mudanças, sobretudo do final do século XX para o início do século atual. Essas mudanças são evidenciadas por Vesentini (2004) em seu livro *o ensino de geografia no século XXI*, quando aborda as realidades e perspectivas do ensino desta área no Brasil. Este autor salienta que:

Assim como acontece em muitos outros países, o ensino de geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral – pelo avançar da Terceira Revolução Industrial e da globalização, pela necessidade de (re)construir um sistema escolar que contribua para a formação de cidadãos conscientes e ativos – como também pelas modificações que ocorreram na ciência geográfica (p.220)

A Geografia viveu na metade do século passado (entre fins da década de 1960 e início da de 1980) um balanceamento de crise<sup>5</sup>. Esta surtiu efeitos negativos na mencionada disciplina até os dias atuais ao ponto de ser comprometida a ficar excluída do currículo do Ensino Básico, sobretudo em alguns países. Em *Geografia e modernidade*, Gomes (2003) realça a discussão desta área sobre a sua importância e manutenção no ensino secundário francês. O autor aponta que:

---

<sup>3</sup> É a especialização que se fecha em si mesma sem permitir sua integração em uma problemática global ou em uma concepção de conjunto do objeto do qual ela considera apenas um aspecto ou uma parte (Ibid., p.13).

<sup>4</sup> Ver SANTOS, M., *A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo*, São Paulo, 2002, p.1.

<sup>5</sup> A Geografia teórica-quantitativa foi uma das escolas do pensamento geográfico que evidenciou o balanço de uma crise na Geografia enquanto ciência. Para mais aprofundamento na discussão, ver: ANDRADE, M C. de. *Geografia uma ciência da sociedade*.

[...] um debate sobre a reforma do ensino secundário francês relançou uma antiga discussão em torno do papel e da importância da manutenção da geografia no currículo do ensino básico. Argumentos bastante conhecidos vieram à tona: a geografia nunca teria produzido resultados suficientes para fazê-la figurar ao lado das disciplinas “verdadeiramente” científicas; ela pretende integrar quase todos os ramos do saber, mas na verdade não ultrapassa o patamar das relações banais entre a natureza e cultura; jamais teria se libertado dos estreitos limites de uma tautologia empirista; e se satisfaz com análises simplistas de relações superficiais, sem se elevar ao nível de abstração requerido pela ciência moderna; enfim, ela seria uma ciência “abordada”, segundo os julgamentos críticos mais severos (p.9).

Se a geografia viveu os seus momentos de crises, onde muitas vezes era vista como uma disciplina “simplista” e “descritiva”, cuja função não era suficientemente explicar os problemas do mundo, ao contrário dos que muitos ainda veem, ela conseguiu, ao longo do tempo, produzir novos conceitos que explicassem e desafiassem questões da realidade. Gomes (2003), em sua mesma obra, ainda argumenta acerca dos progressos científicos obtidos pelos geógrafos, ao abordar que:

Em resposta, os geógrafos sublinharam os progressos relativos aos domínios incriminados pelos críticos, evocando notadamente a introdução de novas técnicas, o caráter mais operacional dos conceitos recentes, assim como o papel da geografia na definição de políticas de reorganização do território. A resposta enfatizou, portanto, os aspectos relacionados à modernização de seus métodos, a nova perspectiva prospectiva e, sobretudo, a ruptura que foi operada com aquilo que se identifica como sendo a “velha” geografia. O prestígio e a legitimidade se justificaria, assim, pela conformidade ao modelo normativo de ciência, e sua modernidade se exprimiria nas técnicas sofisticadas (imagens de satélites, tratamento informático de dados, sistemas de informações geográficas etc.) e nos métodos que ela emprega. (Idem).

E a geografia enquanto ciência e disciplina tem a missão de interpretar e explicar o mundo tal como ele é, a partir dos problemas e questões socioespaciais tal como decorrem, inclusive os novos papéis atribuídos às ciências e aos seus métodos impregnados, ou, ainda, como propõe Gomes (2003, p.10) quando afirma que:

Ao nível do ensino secundário, por exemplo, ela tem por meta apresentar uma visão global e coerente do mundo, em que a dinâmica dos fenômenos naturais e as relações homem-natureza, ou sociedade-território, são articulados à luz de uma perspectiva que nos é contemporânea (p. 9-10).

Outros geógrafos, como no caso de Andrade (2006), também se preocupam com uma certa atenção ao fato do papel da geografia e do geógrafo nesses novos tempos. O referido autor alerta que:

O geógrafo deve utilizar o seu potencial teórico, o domínio das técnicas modernas e o seu comprometimento com os altos objetos nacionais para dar uma contribuição positiva à solução dos problemas do país. Ciência é também política, e o cientista deve saber porque é utilizado, como é utilizado e em favor dos interesses de quem ela é utilizada (p.13).

A preocupação a que nos é central é discutir, de forma crítica, o ensino dessa ciência, partindo da sala de aula, não com o intuito de descrever os fatores sociais e naturais, como se fazia a partir de uma geografia do passado, aquela reducionista e simplista, mas considerando o papel atual desta área no campo do ensino. Não sem razão, Santos (2012c) argumenta essa nova fase da crítica da geografia no mundo tal como ele é interpretado, quando contextualiza *a redescoberta e a remodelagem do planeta no período técnico-científico e os novos papéis das ciências*, afirmando que:

Entre os múltiplos aspectos do período atual, é obrigatório reconhecer as relações entre as condições de realização histórica e a nova revolução científica. Essa revolução histórica e científica atribui às ciências do homem e da sociedade um lugar ainda mais privilegiado no conjunto dos conhecimentos. Num mundo assim reestruturado, um papel particular deve incumbir à ciência geográfica – uma ciência do espaço do homem –, e devemos interrogar-nos sobre os problemas que, nessa óptica, se abrem à sua realização, diante do conflito entre tudo o que acarretam os novos conteúdos prometidos à atualização da disciplina e suas presentes estruturas (p. 15).

Para tal objeto de estudo, nossa tarefa primordial é caminhar passo a passo, diante do processo espaço/temporal em que se dão os acontecimentos para entender o que se vivencia no atual período, contextualizar os elementos do período atual à realidade do aluno, bem como o seu cotidiano, suas vivências, suas práticas, suas relações de espacialidades construídas localmente e o seu conhecimento crítico construído ao longo da sua aprendizagem adquirida no Ensino Básico, onde a escola é o *locus* primordial para o exercício da prática docente e formação humana e profissional. Todavia, Sene (2010) lembra que:

Para analisar o papel do conhecimento no mundo contemporâneo e sua relação com as transformações em curso na educação, é importante verificar a mudança de sua natureza ao longo da história. Não se trata de um trabalho de epistemologia histórica, mas apenas de uma reconstituição do papel do conhecimento (e de técnicas) nos vários momentos que marcam a história humana, para compreender melhor sua importância no mundo de hoje (p. 14).

Em busca da construção do seu objeto de estudo, o professor também se faz pesquisador, ao explorar arduamente os mais diversos campos de trabalho, o que exige não apenas o conhecimento específico de sua área de atuação, mas, sobretudo, uma aventura interdisciplinar, obrigando-o a uma questão de método que é imprescindível na explicação e definição do objeto a ser estudado, pois, “falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo” (SANTOS, 2012, p.19). É indispensável essa preocupação ontológica, esse esforço interpretativo, para que assim, o objeto a ser estudado seja o início de uma longa discussão e criticidade, não com o objetivo de explorar uma verdade estabelecida à geografia e às ciências humanas, mas, principalmente, trazer reflexões aos campos temáticos das áreas de conhecimento, sem verdades estabelecidas com pretensões absolutistas. É de suma necessidade que as transformações do mundo atual, tais como o avanço das tecnologias, a disputa cada vez maior por territórios, o papel subordinador da mídia e da informação na sociedade, operando de uma forma global, sejam discutidos, abordados e refletidos no âmbito do espaço escolar. É necessário que a relação docente e discente esteja ancorada ao diálogo fortalecedor da crítica sobre a realidade, sobre a ordem de significações de ideias. Para Sene (2010):

A geografia escolar possui uma longa tradição de ensino enciclopédico e descontextualizado, já vigorosamente criada por Lacoste (1999), inclusive apontando o aspecto ideológico da “geografia dos professores”. A partir de agora essa disciplina também vem sendo convidada a contribuir com seu arcabouço teórico-metodológico renovado – seus conteúdos, conceitos e categorias – para auxiliar os alunos a desenvolverem suas competências e habilidades, suas inteligências, suas estruturas de assimilação, enfim, a aprenderem a aprender (p.31).

Tal como discute o autor supracitado, o caráter norteador que leve o professor de geografia a desenvolver a aprendizagem e a formação crítica do discente é justamente essa busca incessante de movimentação na disciplina, incentivando o aluno sempre a descobrir novos olhares que estão à sua volta, ao seu meio em que vive, descobrindo, a partir das particularidades até as formas mais gerais de conhecimento, por meio de uma geografia renovada. Norteando sobre a importância de uma geografia crítica escolar, Kaercher (2015) é claro, ao colocar que:

É preciso mostrar aos nossos alunos que podemos entender melhor o mundo em que vivemos, se pensarmos o espaço como um elemento que ajuda a entender a lógica, não raro absurda, do mundo. Mostrar que sabemos Geografia não é sabermos dados ou informações atuais ou compartmentadas, mas, sim, relacionarmos as informações ao mundo cotidiano de nossos alunos. (p. 224).

O eixo centralizador do nosso debate é a construção de um conjunto de ideias onde possamos compreender como a educação básica, a escola e, sobretudo o ensino de geografia vêm encarando tais mudanças, corporificando-as, ou não, em sala de aula. Na medida em que “a aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também, acrescentou novos itens à história” (SANTOS, 2008, p.28), é necessário questionar e discutir essas mudanças. A escola não tem sido capaz de responder a esses desafios, ao passo em que, nas atuais condições de trabalho e adaptabilidade do sistema produtivo, uma das grandes consequências é a falta de investimentos que garantam uma educação pública de qualidade para o(a) aluno(a) e as condições de trabalho do professor.

Sobre essas imposições, que causticam mais ainda o sistema de ensino e, conseqüentemente, disciplinas que contribuem na formação humana do sujeito, como no caso da geografia, Oliva (2006, p.38) afirma, com indignação, que “o sistema público estatal enfraquecido e sem perspectivas – caso permaneçam as políticas dominantes – tem o seu quadro de professores na prática materialmente impossibilitado de buscar aperfeiçoamento, renovação de modo constante”. Um sistema de ensino, esfacelado e fragmentado, tratado em terceiro, quarto ou último plano, pelo sistema público estatal, ressoa, conseqüentemente, em disciplinas como a geografia, considerando que o professor tem, diante de si, o desafio e/ou a necessidade de transformar suas temáticas, não mais em explicações vagas e descritivas, mas adequar os seus conteúdos aos atuais contextos em que vivemos.

No âmbito do espaço escolar, o papel do professor de Geografia não é mais tratar os fatos sociais de forma descritiva, que ocorrem na superfície da terra. Mais do que isso, é entender o espaço geográfico modificado e alterado pelas ações do homem através das técnicas. Com isso, pertinente à discussão de Kaercher (*op. cit.:* 225), pois sua observação permanece absolutamente relevante, quando argumenta que “compreendendo a espacialidade das práticas

sociais, podemos ajudar nossos alunos (e a nós próprios) a entender melhor o local, o nacional e o global e, melhor ainda, compreender as relações entre essas escalas”. A intervenção do docente nos processos de aprendizagem é fundamental para que o aluno compreenda e vivencie algumas práticas, de modo que este tenha uma noção geográfica do mundo. A função docente é mais do que uma questão de domínio de conteúdos em sala de aula. Para Libâneo (1994, p.2), “o trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social”.

Como bem assinala Vesentine (2004, p.8), “o sistema escolar nunca foi tão importante como nos dias de hoje”, na medida em que o ensino de Geografia sobreviva, ao mesmo tempo, e se fortaleça com essas mudanças ocorridas no mundo atual e que afetam também o sistema escolar. É tarefa árdua nossa, enquanto professores de Geografia, encararmos esses novos paradigmas e discuti-los em sala de aula com o aluno, ao passo em que este possa entender e, concomitantemente, contextualizar os problemas globais junto à sua realidade cotidiana a partir das discussões formuladas no ensino de geografia. Para o mesmo autor supracitado:

Não há nenhuma dúvida de que um sistema escolar renovado e apropriado aos desafios do século XXI deve levar em conta a ‘compreensão do espaço/tempo’, a valorização das escalas global e local, a expansão dos direitos humanos, a necessidade do educando de aprender a conviver com os “outros” e a questão ambiental (*Idem*, p. 9-10).

É preciso entender o papel da Geografia e suas contribuições que ela pode oferecer tanto como disciplina, quanto ciência no seu campo de investigação como às outras áreas do conhecimento do ponto de vista interdisciplinar. Como bem assinala Santos (2007, p. 13), “a geografia passa a ser aquela disciplina tornada capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação e do lugar”. Em tempos atuais tão difíceis, é desafiante a luta por uma educação de qualidade, a luta pela permanência de uma disciplina que formem cidadãos para a vida, enxergando nos saberes geográficos, a possibilidade da busca pelos seus direitos sociais, que não se resume apenas na sala de aula, mas no cotidiano vivido do(a) aluno(a) a partir do seu processo de escolarização e da sua formação continuada construída sob a perspectiva crítica da Geografia escolar. O currículo que demanda os papéis atribuídos pelas disciplinas na sala de aula – bem como a BNCC, é outro contexto que problematiza a discussão – como no caso da Geografia escolar, no sentido de indagarmos: Que Geografia queremos para a sociedade contemporânea? A Base Nacional Comum Curricular no Ensino Médio trata da importância, especificamente da Geografia enquanto disciplina escolar? Que orientações este documento traz aos Professores de Geografia no Ensino Médio, quanto aos conteúdos e saberes construídos na formação do(a) aluno(a)? São algumas dessas indagações que pensamos a respeito do Ensino de Geografia, sobretudo na forma como ela é tratada na BNCC, voltado para o Ensino Médio.

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO**

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) que foi pensada e construída nos últimos anos como eixo curricular da educação básica, com demandas para a aprendizagem e formação de alunos do Ensino Fundamental e Médio. Dentro das suas funções deliberativas:

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

A partir da ampliação e o aprofundamento das aprendizagens propostas pela BNCC no Ensino Médio, iremos refletir em nossas discussões, as metas e os objetivos para as disciplinas agrupadas em grandes áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que:

Propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre os indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprias dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um determinado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos (Ibid., p.61-62).

No que decorrer de uma série de reflexões, daremos ênfase à disciplina de Geografia, que nesse contexto, não deixa de ser uma disciplina obrigatória no Ensino Médio até o momento, mas que a deixa numa situação de polivalência quanto ao seu objeto de estudo diante das demais disciplinas na educação básica, tendo como consequência, a ausência de sua autonomia e legitimidade disciplinar que consiste na aprendizagem e formação do aluno acerca das categorias conceituais geográficas que estão associadas à sua relação com o lugar de vivência e o mundo como um todo em sua totalidade.

O fortalecimento científico de uma disciplina só é necessariamente firmado, quando o seu conhecimento é aprimorado, sobretudo à luz da realidade em que vivemos e projetada para pensar no futuro. “A ciência numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico” (SALVADOR, 2012, p.7). No caso da geografia, é a ciência que se refaz dialeticamente, tendo como objeto de estudo o espaço em sua totalidade, em movimento e transformação tanto no presente como no futuro. Como toda disciplina, ela enfrentou inúmeras crises e talvez venha a enfrentar maiores desafios, isso vai depender da falta ou não de esforço teórico-metodológico por parte de quem busca fazê-la uma disciplina autônoma, que dê conta das discussões tão complexas do mundo que aí está, num contínuo processo de transformação.

As rápidas transformações impostas no mundo e, em especial, no Brasil, dentro do sistema educacional e do ensino, permite-nos partir de uma reflexão acerca do atual momento do ensino de geografia. E aqui fazemos as seguintes indagações: Para onde vai este ensino? Será que essa disciplina vai perder a sua legitimidade escolar? E o conhecimento do espaço geográfico, a partir de suas categorias de análises – lugar, território, região e paisagem, qual outra disciplina terá a autonomia para discuti-las?

Em meio a tantos questionamentos, o que podemos esclarecer é que, sem desmerecer o caráter científico das outras áreas do conhecimento, a geografia discute, com bastante pertinência, o sentido da produção do espaço do homem a partir de suas ações sobre este. Estamos diante daquele medo de Santos (2012a, p.29), quando sentia a necessidade da renovação de uma disciplina ameaçada, quando atribuía a “carência dos geógrafos em busca de um objeto de estudo, que era o espaço”? Talvez este seja uma das questões. Há outro problema, que não é de responsabilidade da Geografia escolar ou dos geógrafos, mas, sobretudo, das políticas educacionais verticalizadas e o modelo de currículo, que infelizmente não se horizontaliza como pesquisa e orientação metodológica aos professores, como também, é um problema no processo de escolarização e ensino-aprendizagem dos alunos

Na realidade atual, não se trata de discutir a consolidação de uma disciplina partindo do seu objeto de estudo, mas discutir o seu papel ativo, no momento em que o Brasil passa por virulentas mudanças nas reformas educacionais do Ensino Médio, tais como: A sociologia e a filosofia, como disciplinas obrigatórias, enquanto que a geografia e a história tornaram-se disciplinas optativas nos itinerários formativos das ciências humanas e sociais. Embora, as quatro disciplinas se encontrem, mas percebe-se a “não obrigatoriedade da Geografia escolar e da história”, no currículo do Ensino Médio. Tudo isso a partir de políticas neoliberais, cujo objetivo é o investimento na formação técnica e capital, sem levar em conta a formação humana.

Assim, esta é a situação da geografia em pleno século XXI, no tocante ao seu lugar no Ensino Médio. Corre o risco de perder o seu espaço nas instituições desse nível de ensino, ficando rotulada a itinerários formativos dentro do requisito das ciências humanas e perdendo a sua identidade como disciplina obrigatória, como parte integrante na formação do(a) aluno(a). Pelo visto, não entenderam a importância desse campo de conhecimento ainda, em que, ao longo do tempo, foi se configurando por inúmeras vias, pelas quais essa área de conhecimento foi adquirindo autonomia em relação às demais e, assim, constituindo seu próprio discurso, até se tornar campo disciplinar.

Se a importância de uma ciência tão complexa e relevante como essa ainda passa despercebida pelo olhar crítico de muitos geógrafos e de muitos professores que nela atuam, imaginemos para aqueles que nem sequer tem noção do quão ela é importante no planejamento urbano de um país, na formação social, econômica, cultural e política de um território e, acima de tudo, na formação do discente em sua trajetória escolar, em termos de conhecimento e reflexão sobre o espaço geográfico em que se vive. Tonini (2006, p.40) atribui que “a Geografia Escolar institui um regime de verdade – por meio de um discurso por ela acolhido que faz suas assertivas funcionarem como verdades –, com o auxílio de mecanismos que permitiriam produzir efeitos de um saber universal”.

É impossível compreender o mundo em que vivemos o estudo das relações sociais produzidas no espaço e que produzem o espaço, que leve em conta a existência do homem e suas necessidades com o outro por meio da coletividade, da troca, da união, dos conflitos, da competitividade e da interação, sem a necessidade de um enfoque geográfico em questão. Esse é o grande papel da geografia, tanto como ciência, quanto como disciplina no Ensino Médio: formar seres críticos e pensantes ao socializar/discutir saberes em sala de aula, com a prática do espaço em constante movimento, a partir das atividades humanas, propriamente exercidas em suas diversas formas de transformação e produção. Porém, o que nos parece é que essa área de conhecimento está despercebida “ao olhar não crítico” daqueles que estão causando uma

forte onda de mudanças no campo da educação. E, como consequência dessas mudanças, está o desaparecimento obrigatório da geografia na estrutura curricular do Ensino Médio.

Todavia, não podemos deixar de destacar o papel de grandes entidades, pela permanência da Geografia, enquanto disciplina obrigatória na sala de aula. Tivemos muitas notas da AGB se posicionando contra a reforma e a BNCC nos moldes que foram sancionada e homologada ao longo desses últimos dois anos. Além do envolvimento desta associação com outras entidades e movimentos sociais na denúncia da medida e posteriormente da lei sancionada. Além do envolvimento e luta das nossas organizações, estudiosos, professores de Sociologia, Artes e Educação Física, se engajaram juntamente aos profissionais e professores da geografia, lutando pela manutenção de suas áreas do conhecimento nos currículos escolares. Contudo, a geografia, por ser uma ciência tal como argumentou Yves Lacoste (1988, p.9), “o temível instrumento de poderio que é a geografia para aqueles que detêm o poder”, acaba sendo uma ameaça à classe dominante e política do país. Isso é, assola-se o medo de que a sociedade possa lutar pelos seus direitos enquanto cidadãos, por meio de uma geografia crítica e construída em sala de aula, por professores e alunos, sendo, assim, secundarizada no Ensino Médio. Ou seja, a geografia que serve como instrumento que provoca a guerra entre nações, através de estratégias territoriais, é, antes de tudo, uma arma contra as desigualdades sociais e luta pelos direitos do cidadão.

A escola torna-se o lugar essencial em que professor e aluno, por meio da discussão da geografia e do conhecimento construído, têm a possibilidade de discutir e contestar a política, e, principalmente, criticar as massas midiáticas da informação, que, muitas vezes, escondem os direitos conquistados e exercidos pela cidadania por trás dos noticiários. Tal como propõe Moreira (2008, p.62), “a geografia através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais. [...] por detrás de todo arranjo espacial estão as relações sociais [...]”. E essas relações sociais, que propriamente produzem o espaço, acabam, muitas vezes, sendo produtoras de controle e poder social. Voltando a atenção para o meio técnico-científico-informacional, essa atual fase possibilita a nós, professores, por meio de técnicas construídas a partir da cartografia, o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação, a sofisticação de novos recursos científicos atribuídos à ciência geográfica e a criticidade que pode ser explorada através da tecnologia, ao invés do uso destes recursos para a monopolização popular.

*O conhecimento como recurso*, expressão usada, aliás, por Santos (2012c, p.241, grifo nosso), discutimos aqui, referindo-se à escola, como o lugar da construção de saberes e o domínio do conhecimento do(a) aluno(a); e a geografia escolar, por meio da prática do professor, aborda as rápidas transformações que ocorrem no espaço, a partir de aulas dinâmicas, atrativas e críticas em sala de aula. Diante de tais situações desconfortantes, que seria uma possível em que não só se encontra a valorização da geografia, mas a educação num contexto geral segue a nossa luta pela valorização e permanência da geografia no ensino médio, procurando sempre criar e recriar o sentido dela na formação crítica do aluno diante da sociedade e do espaço em que o indivíduo está inserido. Acreditamos que o esforço pela valorização de uma disciplina essencial na escola, na formação crítica dos alunos e na construção de uma consciência espacial, seja o primeiro passo de uma longa luta, como fizeram os geógrafos nas décadas de 1970-80, ao lutar por uma geografia autônoma e interdependente, que não dependesse da disciplina da época (intitulada Estudos Sociais). Com as novas reformas no Ensino Médio, parece ser algo evidente, como fizeram há 40 anos: colocar a geografia como itinerário formativo, uma espécie de ramificação das ciências humanas, sem autonomia para discutir as suas categorias conceituais, que se entrelaçam nos saberes do aluno no seu cotidiano.

## **A ESCOLA E A SALA DE AULA COMO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE SABERES GEOGRÁFICOS**

Como bem aponta Vesentini (2006, p.30): “se os educandos são fascinantes pelos computadores, pela imagem no lugar da escrita, por jogos, então é interessante incorporar tudo isso na estratégia de ensino”. Essas estratégias, como bem salienta o autor, são de suma importância no âmbito das práticas *geopedagógicas* a partir da transposição metodológica e didática no decorrer do planejamento contínuo e formativo que se faz a partir de numa relação dialética docente/discente do processo de ensino-aprendizagem. A escola como o espaço ideal e coletivo desse encontro participativo entre aluno e professor, ressignifica diferentes maneiras da aprendizagem e produz o conhecimento diversificado por meio da troca dialógica entre esses indivíduos. O processo que se dá na relação dialética *ensino/aprendizagem* são competências adquiridas ao longo da formação do(a) aluno(a), compreendendo que a escola não é apenas o lugar de preparação para o mercado de trabalho e reprodutora daquilo que o sistema capitalismo produz, mas, utilizando a visão de Vesentini (1999):

A escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Ela é também um instrumento de libertação. Ela contribui – em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades – para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo (p.16).

A Escola é o lugar da reflexão/ação libertadora de um ensino e aprendizagem que se entrelaçam no seio das relações sociais, que são historicamente construídas e culturalmente valorizadas, e “a escolaridade é uma longa marcha. Pode-se sempre *fazer melhor*”. (PERRENOUD, 1994, p. 17). Como também assinala Cavalcanti (1998, p.129), “a escola tem a função de ‘trazer’ o cotidiano para seu interior com o intuito de fazer uma reflexão sobre ele por meio de uma confrontação com o conhecimento científico”. A geografia e a escola estão intimamente relacionadas, pois as discussões dessa disciplina na instituição de ensino estão associadas ora com a vida cotidiana do aluno, ora com os acontecimentos globais ocorridos no dia a dia, já que a escola é o lugar de sociabilidade, de trocas de experiências, de coletividade e de diversas manifestações expressas culturalmente por cada indivíduo. Ao falar da escola e da geografia, Cavalcanti (2012) afirma, com bastante propriedade, que:

A escola é um espaço de encontro e de confronto de saberes produzidos e construídos ao longo da história pela humanidade. Ela lida com a cultura, seja no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares. A geografia escolar é uma das mediações pelas quais esse encontro e esse confronto se dão. A geografia escolar também é, no espaço escolar, um lugar de cultura (de culturas). (p.176).<sup>6</sup>

Santiago, Santos e Filho (2015, p.24) lembram-nos que “a escola é um espaço de interpretação e produção de saberes, bem como de sistematização do conhecimento pela mediação e orientação do trabalho docente”. O lugar propriamente dito do encontro e do

---

<sup>6</sup>Para a autora, Cultura é um termo polissêmico. Considera-se cultura uma teia de significados mais ou menos compartilhados por grupos, não como algo externo aos sujeitos que a constroem, mas como um conjunto dinâmico de significações construídas historicamente e que atuam nos processos de identificação dos diversos sujeitos sociais.

confronto, dos saberes e do diálogo e da (re)construção historicamente constituída dos alunos e dos professores ao longo do tempo. E a Geografia é propícia a essas discussões, na medida em que os acontecimentos cotidianos, os fatos contidos neste início de século e as cenas da vida cotidiana, desde o local ao global, ou vice-versa, são parte integrante da vida dos nossos alunos e de nós, professores. Numerosos temas que costumam estar identificados com a geografia são ou tendem a se tornar cruciais na educação básica, sobretudo, no Ensino Médio. Conhecer o mundo em que vivemos, isto é, o espaço geográfico, passando por todas as escalas intermediárias, identificar e analisar as relações entre a sociedade e a natureza, refletir sobre os problemas urbanos – que vão desde a violência ao tráfico de drogas, à fome e à miséria –, rurais, culturais, étnicos, etc., são de extrema relevância como abordagens temáticas entre professor e aluno.

Ensinar é muito mais do que uma tarefa do dia a dia. É uma função desafiadora, que nos faz refletir em torno de nossa prática pedagógica, enquanto educadores. Educadores potencializadores em termos de criatividade, para além do domínio exclusivo dos conteúdos de uma determinada área de conhecimentos, pois “[...] o professor precisa recriar todos os dias, a partir do conhecimento, a sua prática, tendo em vista a complexidade de saberes e das demandas existentes” (OLIVEIRA, 2015, p.373). Nas palavras de Freire (2011):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprochando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (p. 30).

Com a Geografia não é diferente. Enquanto professores dessa disciplina, somos movidos pela missão reflexiva e formadora, na busca apetitiva pela pesquisa, a pensar junto com o aluno, o mundo a nossa volta a partir do nosso cotidiano, das relações sociais, das manifestações e da nossa história de vida. Isso só ocorrerá a partir de nossas inquietações em torno daquilo que queremos conhecer. O processo do conhecer e saber transformam-se a partir da pesquisa. A ideia do ensino e da pesquisa nessa relação dialética tratada por Freire na citação acima, demonstra a mobilização de saberes que os professores necessitam realizar na concretização do fazer docente em sala de aula. Um fazer docente que exige inquietações, ousadia e movimentação constante por parte do professor enquanto agente condutor desse processo.

Para tanto, pesquisar é de suma importância para que se possa entender realmente os conteúdos geográficos e para que estes possibilitem uma formação significativa pessoal e profissional do aluno. Para Cavalcanti (1998, p.16): “A Geografia defronta-se, assim, com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo”. Na visão da autora, “O avanço das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, homens e ideias distanciam os homens do tempo da natureza e provocam um certo “encolhimento” do espaço de relação entre eles” (Ibidem, p.16).

Defrontamo-nos todos os dias com um mundo que vive, constantemente, em processo de mudança espacial, em que as mudanças ocorridas a partir do avanço das técnicas, sobretudo da informação, fazem com que o espaço geográfico, que parece tão imenso em seu contexto global, se torne tão pequeno. Entender este mundo também é tarefa nossa, enquanto professores de Geografia; e contextualizá-lo na vida do aluno é função profissional e reflexiva que deve partir

de nossa prática docente. Diante da complexidade de mudanças significativas em torno do espaço geográfico, o qual estamos discutindo, refletir sobre a pesquisa em torno da geografia, enquanto ciência na academia e disciplina na educação básica, ainda nos cobra muitos esforços enquanto professores e pesquisadores. Discutindo as pesquisas no ensino de geografia, Pontuschka (1999) afirma que:

Até os anos 60, muito pouco sabemos sobre a produção de pesquisas voltadas para o ensino e a aprendizagem da Geografia, a não ser pelas críticas aos livros didáticos realizados, sobretudo por historiadores ou pelos autores que, na década de 30, produziram livros sobre metodologia da geografia, com destaque para Delgado de Carvalho (p.113).

A autora ainda destaca a extrema contribuição dada por Delgado de Carvalho à Geografia, que, por sinal, foi muito importante na concepção e no pensamento em torno da Geografia da época. Assim:

*A Metodologia do ensino de geografia*, publicado em 1925, constitui o trabalho mais importante da Geografia do Brasil, na primeira metade do século XX, escrito por Delgado de Carvalho, professor e diretor do tradicional Colégio D. Pedro II e o primeiro a se preocupar com o ensino de geografia, fundamentado pelo método de pesquisa e ensino da época e propondo uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos. Esse estudioso interferiu inclusive nas concepções dessa disciplina nas reformas de ensino ocorridas no início do século em nosso país (Ibidem, p.113).

Uma contribuição que, aliás, poderiam responder aos aspectos da experiência nacional, tais como o político, o administrativo, a formação dos aspectos naturais e humanos, que, na época, já traziam certo sentido de mudança, a partir do aprofundamento teórico e metodológico utilizado por Delgado de Carvalho. A contribuição de vários teóricos, ao longo da história do pensamento geográfico, tem trazido inúmeras ajudas significativas à geografia, principalmente quando se trata de estudar o espaço geográfico. Vale destacarmos a grande contribuição de Milton Santos, que, no final da década de 1970, em sua majestosa obra *Por uma Geografia Nova*, deu uma importante visão autônoma a esta, elaborando o conceito de espaço como uma “*instância da sociedade*” (SANTOS, 2012a, p.156).

A contribuição de Milton Santos à Geografia, com inúmeras de suas obras, deu a essa disciplina uma visão mais ampla do mundo, a partir do progresso técnico que já se acelerava no final do século XX para início do século XXI, no qual, o *Meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2012) foi significativo para a evolução, rapidez e instantaneidade da informação. Vale considerar, por fim, que as reformulações e mudanças na geografia, para além do espaço como marco investigativo, traz a ideia de que todo esse trabalho de transposição didática dos conteúdos a serem explorados perpassa pelo professor, pelos saberes que este consegue, ou não, mobilizar no cotidiano da sua prática. Nesse sentido, entra em cena a própria ideia de interdisciplinaridade como a necessidade do contato interdisciplinar com outras áreas do conhecimento para que a noção de totalidade se concretize, de fato, nas salas de aula, onde o saber geográfico se entrecruze com outras disciplinas na construção do conhecimento.

A sala de aula é o espaço indissociável da geografia, pois é neste espaço que a geografia se encontra nos saberes construído pelo aluno. Em suas experiências de vida, fora da sala de aula, se depara com outros cenários – que é a sua casa, rua, bairro, sua cidade, todos imbuídos

de saberes geográficos trazidos pelo aluno em sala de aula. Neste sentido, destaca-se o percurso metodológico interligado com a mediação didática, que são elementos preponderantes usados pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno. São estratégias e habilidades necessárias na construção de uma geografia prazerosa e ao mesmo tempo crítica da realidade que se insere o aluno. Para Castrogiovanni (2007, p.42) “a linguagem geográfica apresenta características que precisam ser consideradas, tanto quanto possível, como fonte de explicação para as dificuldades que os alunos possam vir a ter na sua compreensão, como para planejar movimentos pedagógicos que facilitem o processo interativo”. Contudo, a geografia escolar se contempla nos saberes construídos em sala de aula, a partir do planejamento, do domínio teórico do conteúdo e da execução do mesmo, a partir de estratégias pedagógicas, que moldam o ensino-aprendizagem, mas, sem jamais esquecer que o cotidiano e a experiências de vida, trazidos pelo aluno foram do espaço escolar, são também, saberes geográficos.

## CONCLUSÕES

O percurso desta discussão nos trouxe algumas reflexões, que, *a priori*, nos possibilitou apontar uma série de desafios que estão em torno da educação brasileira e que impacta de forma direta e indiretamente nas disciplinas escolares – como no caso, da Geografia Escolar. Ainda não ultrapassamos o modelo de um ensino tradicional e descritivo em nossas práticas docentes. Tais práticas não deixam de ser necessárias, mas, tornar-se rotineira é um perigo na ação metodológica e didática da *práxis educativa*. No entanto, não devemos atribuir uma série de responsabilidades e fatores negativos a uma disciplina ou a maneira como o professor a conduz durante a(s) sua(s) aula(s). Apontar erros sem mediar caminhos é mergulhar profundo na refutação, que não cabe ao papel do pesquisador. Toda crítica deve partir com embasamento de algo, que contenha reflexão, sugestão de ideias e a construção de saberes e projetos.

Por trás da fragilidade disciplinar dos conteúdos, tem-se no atual cenário uma educação em crise: defasada, esquecida e saturada – marcada pelo abandono do Estado que fecha as portas para investimentos no ramo da pesquisa, recursos materiais, tais como: a falta de laboratórios didáticos e de informática, salas bem estruturadas e climatizadas, falta de transporte para se trabalhar aula de campo, que dê condições de promover um ensino de qualidade e implique positivamente na aprendizagem do aluno. Quando a escola é proveniente desses recursos, como no caso de equipamentos e sistemas laboratoriais de ensino, tem-se a falta de profissionais de qualidade, que domine esses instrumentos de ensino. Há todo um paradoxo na atual realidade, e, esses problemas, atingem a estrutura curricular, o planejamento e a execução de disciplinas como a Geografia, tornando-se um desafio diário para quem a leciona e é composta por inúmeras reflexões do dia a dia, ou seja, contextos sociais ligados à realidade do aluno.

O desmonte verticalizado e exteriorizado na educação pública, afeta de forma negativa o contexto interior da mesma, horizontalizando-se no espaço escolar, a partir de uma série de consequências, como: desmotivação por parte do aluno, indisciplina, evasão escolar, jovens cada vez mais despreparados e desqualificados para o mercado de trabalho, sem perspectivas, sem projetos, sem uma visão crítica e projetada do mundo em que vivem. Por outro lado, o Estágio Supervisionado, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, PIBIC/Ensino Médio, além de outros programas de iniciação científica e projetos de extensão por meio dos cursos de licenciatura, tem viabilizado a parceria entre Escola e Universidade, tornando fortalecedor o papel da pesquisa e da docência na escola, buscando contribuir de forma positiva na formação continuada do aluno, não apenas limitando-o ao ensino básico

(fundamental e médio), mas seguindo uma carreira acadêmica e qualificada durante a sua vida profissional.

Outra questão abordada neste trabalho é em relação à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a sua estrutura para o Ensino Básico. No Ensino Médio, como já foi discutido no decorrer das nossas análises, percebe-se que o espaço ocupado pela Geografia Escolar, é resumido no eixo da área de Ciências sociais e Humanas. Diante dessa organização, percebe-se que o objeto de estudo da Geografia – que é o espaço geográfico e suas categorias conceituais de análise – lugar, região, paisagem e território assumem um papel polivalente na condição de interpretação por parte de outras disciplinas estruturadas na BNCC –, que são: Sociologia, Filosofia e História. A Geografia não perdeu o seu espaço no ensino médio, mas, os seus conceitos, sua autonomia disciplinar, ficaram num caráter de polivalência, isto é, percebe-se que qualquer outro professor de filosofia, história ou sociologia pode explicar aquilo que não está alicerçado em sua base formativa, o que acaba se tornando certa deficiência na aprendizagem e formação do aluno ao longo do Ensino Médio.

O nosso desafio não é término, quando partimos da consciência crítica e reflexiva do nosso papel profissional, tanto na pesquisa como na docência, que a sala de aula é o lugar da aprendizagem e da base formativa do aluno, bem como, da construção de saberes geográficos que vão além da sala de aula. Pois como sabemos a interpretação geográfica e a construção do conhecimento não se resume do livro didático. Este é um material didático imprescindível no percurso metodológico do ensinar/aprender. Mas a geografia é além de uma disciplina teórica. Ela é o cerne da nossa realidade, do nosso contexto, das nossas vivências, das nossas paixões, emoções e razões. A Geografia é o mundo à nossa volta, é a relação dialética do contexto local/global/global/local da real existência da/na produção material e imaterial do/no espaço. Portanto, o nosso trabalho vai muito além de uma simples realidade do espaço escolar, mesmo sabendo da crise na educação que se configura no atual cenário, a Geografia é chamada mais do nunca, enquanto disciplina socioespacial, a compor a luta pela sua permanência e legitimidade disciplinar na formação do aluno ao longo da Educação básica e em especial, no Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

ANDRADE, M. **Geografia: ciência da sociedade** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 246 p.

ANDRADE, M. Trajetórias e compromissos da Geografia brasileira. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Geografia na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.9-13. (Repensando o Ensino).

ARAÚJO, P. L.; YOCHIDA, S. M. P. F. **Professor: desafios da prática pedagógica na atualidade**. Faculdades Integradas Mato Grossenses de Ciências Sociais e Humanas, Cuiabá/MT, 2012. 187 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. 600 p.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 368p.
- GONÇALVES, C. V. P. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M. *et al.* **Territórios, territórios; ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 367-388.
- KAERCHER, N. A. O gato comeu a geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de geografia. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4. ed., 2º reimpressão. São Paulo, 2015.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LACOSTE, I. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios sobre a história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 128 p.
- OLIVA, J. T. Ensino de Geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **A Geografia em sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.34-49. (Repensando o ensino).
- PERRENOUD, P. **Ofício e sentido do trabalho escolar**. Trad. Júlio Ferreira e José Cláudio. Porto: Porto Editora, 1994.
- PIMENTA, S. G. Práxis – ou indissociabilidade entre teoria e prática e a atividade docente. In: **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 98-104.
- PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SALVADOR, D. S. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v.24, n.1, p.97-114, 2012. Disponível em: <file://C:/Users/autonomo/Downloads/3466-8306-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 de novembro, 2019.

SANTIAGO, M. F. C.; SANTOS, I.; SANTOS, S. C. M. Notas sobre o ensino e a iniciação científica na educação básica. In: SANTIAGO, M. F. C.; SANTOS, S. C. M.; SANTOS, I. (Orgs.). **Ciência na escola: fazendo, vivendo e experimentando**. Curitiba: CRV, 2015. 178 p. p.19-32.

SANTOS, M. **A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo**. São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed.; 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. 120 p. (Coleção Milton Santos; 12).

SANTOS, M. *et al.* **Territórios, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 416 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed.; reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c. (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012d.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176 p. (Coleção Milton Santos; 11).

SENE, J. E. A educação e o ensino de geografia: na era da informação ou do conhecimento? **Olhar de professor**. Doi: 10.5212. v.13 il. Ponta Grossa, 2010. p.13-36. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 26 jul. 2016.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo**. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

TONINI, I. M. **Geografia escolar: uma história sobre os seus discursos pedagógicos**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2006. 88 p.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ ou de libertação. In: CARLOS, A. F. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p.14-33. (Repensando o Ensino).

VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004. (Coleção Papyrus Educação).